

CARTA DE BELÉM

Belém, PA 26 de setembro de 2025

Apresentação da Carta de Belém

A **Carta de Belém** é fruto do esforço conjunto das principais redes de pesquisa em sociobiodiversidade e clima da Amazônia, integrando projetos dos programas **PELD** (Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração/CNPq), **PPBio** (Programa de Pesquisa em Biodiversidade/CNPq), **INCT** (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/CNPq), **Pró-Amazônia** (Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica, por ex., o Centro Avançado de Pesquisa-Ação da Conservação e Recuperação Ecosistêmica da Amazônia [**CAPACREAM**], e o Centro de Agricultura, Tecnologias, Estudos Geoambientais Observacionais e Referência em Inovação da Amazônia [**CATEGORIA**]), **Programa Conhecimento Brasil** (Apoio a Projetos em Rede com Pesquisadores Brasileiros no Exterior), e **CISAM** (Centro Integrado da Sociobiodiversidade da Amazônia). Essas redes reúnem universidades, institutos de pesquisa e ensino, comunidades locais e parceiros internacionais, consolidando uma das maiores experiências de ciência colaborativa da região.

Este documento nasce diante dos enormes desafios em se fazer pesquisa na Amazônia, como o subfinanciamento crônico, a descontinuidade de editais, a desigualdade de oportunidades, a complexidade da comunicação transversal e as barreiras e complicações logísticas. Destacamos que os **estudos em rede** não são apenas desejáveis, mas absolutamente necessários para a proposição de soluções sociais, econômicas e ambientais, cientificamente fundamentadas, para os diferentes contextos de crises climáticas, crises da biodiversidade, segurança alimentar e justiça social.

As redes [i] fortalecem e promovem o compartilhamento de infraestrutura e de dados, [ii] potencializam e prolongam os impactos dos investimentos em pesquisa, [iii] constroem soluções coletivas, integrando saberes científicos e tradicionais, e [iv] formam recursos humanos especializados em assuntos sobre a Amazônia, a partir das várias *Amazônias*. Essa capacidade de trabalho colaborativo é um diferencial que garante a contribuição da ciência na Amazônia de forma decisiva para a sustentabilidade socioambiental e econômica, conciliando conservação, justiça social, desenvolvimento regional sustentável e a formação de jovens pesquisadores da Amazônia Legal.

A construção da Carta de Belém seguiu uma metodologia coletiva e transparente, durante o evento “*Conexões Amazônicas: Ciência em Rede para a COP30*”, realizado entre os dias 22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA. Cada rede apresentou, discutiu e consolidou suas contribuições, que foram transformadas em versões preliminares desta carta. Essas versões foram reunidas em um arquivo coletivo, aberto para contribuições, garantindo o registro da pluralidade de vozes no texto final.

Desta forma, a **Carta de Belém** é ao mesmo tempo uma síntese técnica das contribuições das redes de pesquisa colaborativa da Amazônia para a implementação da NDC brasileira (2025–

2035), bem como um chamado político: **somente com a valorização da ciência em rede será possível transformar conhecimento em ação, convertendo compromissos em políticas públicas concretas e sustentáveis, em uma região historicamente negligenciada.**

2. Contribuições por Eixos da NDC

Eixo II – Gestão sustentável de florestas, oceano, águas continentais e biodiversidade

- Monitoramento de longo prazo de ecossistemas aquáticos, marinhos e límnicos, florestais e de áreas úmidas (PELD e PPBio) com abordagens participativas e incluindo os povos e comunidades tradicionais que habitam esses ecossistemas.
- Implementação e integração de metodologias e tecnologias inovadoras, como o uso de lasers e sensores remotos de alta resolução (LiDAR), espectroscopia de infravermelho próximo (NIR), metagenômica, DNA ambiental (eDNA) dos corpos d'água, gravadores autônomos e inteligência artificial. Essas ferramentas complementam protocolos tradicionais e potencializam o alcance do monitoramento da sociobiodiversidade.
- Síntese de dados sobre biodiversidade e integridade ecológica, por meio de plataformas computacionais que garantam sua qualidade, bem como o gerenciamento, a integração e a disponibilização de dados integrados em plataformas como, por exemplo, o SiBBr (sibbr.gov.br) e a TAOCA (www.taoca.net), que resguardam dados dos INCT, PPBio e outras redes de pesquisa da região amazônica.
- Protocolos de monitoramento e restauração ecológica aplicados em áreas degradadas (CAPACREAM).
- Desenvolvimento e aplicação de processos e produtos químicos sustentáveis que reduzem a geração de resíduos, o consumo de energia e a emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais e das mudanças climáticas.
- Programas de monitoramento do clima e da sociobiodiversidade com participação de povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- Geração de conhecimento para embasar avaliações nacionais e internacionais de risco de extinção de espécies ameaçadas ou pouco estudadas, espécies exóticas invasoras e espécies não documentadas pela ciência.
- Colaborações com o terceiro setor, órgãos governamentais ambientais e setores empresariais na pesquisa e co-desenvolvimento de soluções sustentáveis e que respeitem a sociobiodiversidade amazônica e brasileira.
- Geração de evidências científicas e dados para fortalecer e ampliar as medidas de monitoramento, geração de rendas alternativas e sustentáveis, assim como a garantia dos territórios, que muitas vezes destacam o papel e importância da autogestão e do empoderamento dos povos e comunidades que neles vivem.

- Fomento ao financiamento de estratégias de comunicação da ciência, dos dados científicos, utilizando diferentes materiais e instrumentos, como cartilhas ilustradas/animadas/interativas, perfis em redes sociais focados em divulgação da ciência, palestras e eventos que foquem em linguagem acessível aos diversos setores da sociedade civil, destacando devolutivas para as áreas, nas quais os estudos são realizados.
- Desenvolvimento de protocolos éticos de uso de dados sensíveis relacionados a territórios tradicionais.

Eixo III – Transformação da agricultura e sistemas alimentares

- Avaliação de impactos do agronegócio e da sua infraestrutura associada (ex. rodovias, ferrovias, hidrelétricas, etc.) e mineração nos territórios amazônicos, com incentivo a práticas produtivas de baixo impacto e com o envolvimento participativo dos povos e comunidades tradicionais.
- Apoio com pesquisa e desenvolvimento para fortalecer as cadeias de valor sustentáveis da sociobioeconomia amazônica (ex. produtos florestais não-madeireiros, agricultura familiar de base ecológica, manejo de pesca, produção de artesanato, biojóias, óleos essenciais e ativos bioquímicos).
- Desenvolvimento de tecnologias sociais que fortaleçam sistemas alimentares locais, promovendo segurança e soberania alimentar, e geração de renda e fortalecimento de programas e projetos existentes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
- Valorização dos saberes tradicionais e integração deles aos processos científicos, projetos de pesquisa e formação, com cursos realizados pelas redes.
- Fortalecimento de cadeias de valor locais com tecnologias sociais e agroecologia, objetivando agregar maior valor aos produtos nos locais produzidos e aos resíduos (economia circular).
- Apoio à implementação e efetivação de políticas ambientais existentes e empoderamento das populações tradicionais para monitorar a sustentabilidade dos sistemas produtivos, e apoio à extensão da política EUDR a nível global para que os produtos comercializados a nível internacional sejam somente oriundos de sistemas sustentáveis.
- Suporte aos produtores de comunidades tradicionais na previsão e alerta de eventos climáticos extremos, com vistas a reduzir impactos e prejuízos econômicos destes em suas lavouras por meio de boletins climáticos especializados.

- Estimar o impacto das mudanças climáticas na bioeconomia, oferecendo alternativas de mitigação, resiliência e adaptação para aumentar a segurança alimentar de comunidades e povos tradicionais.
- Sistematização de informações sobre a produção da agricultura familiar, realizada em atenção aos princípios de sustentabilidade, e sobre a alimentação escolar por meio do PNAE, considerando a segurança alimentar e o respeito à cultura de povos tradicionais da Amazônia.
- Monitoramento e controle de parasitos e seus vetores que causam impactos diretos ou indiretos na saúde animal (silvestre, domésticos e produção) e humana na Amazônia.

Eixo IV – Resiliência em cidades, infraestrutura e água

- Produção de diagnósticos participativos sobre os impactos de grandes empreendimentos (ex.: rodovias, ferrovias, hidrelétricas, etc.) e da expansão urbana na sociobiodiversidade e na qualidade de vida.
- Articulação de levantamentos de dados socioespaciais aos levantamentos especializados, reconhecendo a importância da sociodiversidade nas várias *Amazônias* como base para políticas territoriais.
- Formulação de estratégias comunitárias de adaptação às mudanças climáticas, com ênfase na gestão da água, conservação da vegetação, segurança alimentar, disposição adequada de resíduos e promoção da saúde.
- Monitoramentos da qualidade da água e do ar nos espaços socialmente produzidos, integrando as dimensões urbana, rural e florestal, considerando a necessidade desses recursos por todos os agentes sociais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.) e a prioridade à vida.
- Fomento e apoio aos municípios para elaboração dos seus Planos Municipais sobre Mudança do Clima, como preconiza o Plano Nacional, para o desenvolvimento de planos diretores climáticos municipais, conectando ciência, gestão e sociedade, com monitoramento participativo de ilhas de calor urbanas e vulnerabilidades socioambientais.
- Elaboração de modelos preditivos dos efeitos da degradação sobre a qualidade e disponibilidade da água e do solo, respeitando os espaços da natureza (várzeas, mangues, rios, etc.) como estratégicos para os serviços ecossistêmicos.
- Subsídios para políticas de adaptação urbana e rural às mudanças climáticas, respeitando a sociodiversidade e integrando ciência e governança multinível, respeitando o conhecimento localizado.

- Estratégias de controle e profilaxia de agentes causadores de doenças em animais e humanos a partir das condições de uso e ocupação da terra, tendo em vista a promoção da saúde única.

Eixo V – Desenvolvimento humano e social

- Pesquisa e monitoramento demográfico e socioeconômico de povos e comunidades tradicionais.
- Reconhecimento e combate ao racismo ambiental e estrutural como fator que amplia vulnerabilidades socioambientais, assegurando que políticas públicas e ações climáticas priorizem povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e populações periféricas urbanas, que historicamente sofrem de forma desproporcional os impactos da degradação ambiental e das mudanças climáticas.
- Criação e execução de programas de formação intercultural voltados para jovens e adultos amazônidas, unindo saberes acadêmicos e ancestrais, desde o nível básico até o ensino superior.
- Construção de programas de formação e fixação de jovens pesquisadores na Amazônia, em conjunto e com ênfase em pesquisadores indígenas e de comunidades tradicionais.
- Implementação de escolas de campo da sociobiodiversidade, como espaços de ensino, pesquisa e extensão para comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas.
- Geração de conhecimentos que destaquem a importância da justiça socioambiental, e a valorização dos direitos territoriais e culturais dos povos da Amazônia.
- Formação de jovens pesquisadores amazônidas em comunicação da ciência para fortalecer a capacidade de dialogar com diferentes públicos.
- Promoção de atividades de ensino, formação e comunicação da ciência voltadas à valorização da sociobiodiversidade, com ênfase na democratização do conhecimento para além dos espaços acadêmicos, fortalecendo circulação do conhecimento científico entre atuais e futuros tomadores de decisão, educadores, gestores públicos e a sociedade em geral.
- Empoderamento e visibilidade para povos originários e comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e indígenas), com mais apoio para o desenvolvimento de projetos e cadeias produtivas sustentáveis, visando o protagonismo dos povos da floresta.
- Fortalecimento de programas de saúde única na Amazônia Legal para desenvolver estratégias e políticas públicas realistas e eficazes para o bem-viver das populações.

- Ações educativas em escolas de campo nas comunidades periféricas e tradicionais, priorizando a interculturalidade e programas de educação socioeconômica e socioambiental de acordo com as particularidades de cada território.
- Coprodução e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos em escolas amazônicas e de outras regiões brasileiras, embasados no conhecimento da realidade e das vivências amazônicas.
- Ações de pesquisa e desenvolvimento de cadeias de valor da biodiversidade para promover o fortalecimento da bioeconomia e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos povos e das comunidades tradicionais, promovendo o acesso ao mercado de Comércio Justo (*"Fair Trade"*).
- Pesquisas e coprodução de conhecimento entre pesquisadores e comunidades que reforcem a importância de ações de conscientização sobre a segurança alimentar e nutricional, respeitando e valorizando a diversidade e a ancestralidade amazônica.
- Criação de mecanismos de sensibilização e conscientização da sociedade sobre a importância de engajamento e protagonismo no futuro sustentável da Amazônia.
- Geração de evidências científicas que informam o sistema jurídico que trata de conflitos de terra na Amazônia, por exemplo, para combater a grilagem e invasão de terras.
- Desenvolvimento de pesquisas que informam a destinação de terras não destinadas na Amazônia, por exemplo, para o estabelecimento de unidades de conservação e terras indígenas.
- Estudos que promovem a discussão ampla sobre a importância e necessidade de implementação de políticas públicas condizentes com a realidade regional e dos povos na Amazônia.
- Promoção da justiça climática como princípio estruturante da NDC, com mecanismos de reparação das desigualdades históricas, redistribuição justa de recursos e fortalecimento do protagonismo dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia.
- Criação de mecanismos de proteção e segurança para lideranças e defensores socioambientais que atuam na defesa da sociobiodiversidade, frequentemente expostos a riscos e ameaças.
- Capacitação de recursos humanos locais no combate e controle de agentes causadores de doenças em animais e humanos na Amazônia.

Eixo VI – Objetivos transversais

- Pesquisas, redes e projetos pautados na multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e entendimento da complexidade amazônica através da integração de diferentes vozes, conhecimentos e saberes tanto da floresta como dos ambientes costeiros e marinhos.

- Integração de conhecimentos científicos e saberes tradicionais por meio de projetos de extensão, de uso de inteligência artificial, de comunicação e disseminação científica e da criação de laboratórios vivos de inovação em sociobiodiversidade e sociobioeconomia.
- Construção de parcerias com instituições brasileiras e internacionais (i) que reconhecem e promovem o protagonismo da Amazônia como polo de soluções globais, e (ii) para a troca de metodologias e escalonamento de soluções na Pan-Amazônia e em outras regiões tropicais.
- Criação e manutenção de redes / núcleos de pesquisa colaborativa que permitam o aporte de recursos para fortalecer a infraestrutura científica regional, por exemplo, por meio da distribuição de bolsas de estudo e pesquisa, recursos de capital e custeio, e manutenção de plataformas abertas de dados.
- Democratização do conhecimento científico, comunicando os resultados das pesquisas em linguagem simples para tomadores de decisão, comunidades e sociedade civil, ampliando o impacto das evidências.
- Desenvolvimento de mecanismos que conectem as diversas instituições da Amazônia Legal, do Brasil e de outros países, visando a geração, ampliação e divulgação do conhecimento.
- Fortalecimento, criação e manutenção de plataformas digitais de dados e comunicação (Ex., SiBBR [sibbr.gov.br] e TAOCA [www.taoca.net] e laboratórios vivos) para curadoria científica e para divulgação ampla dos resultados em diferentes formatos.
- Busca por financiamentos nacionais e internacionais favoráveis à redes de pesquisa e ao protagonismo amazônico, incluindo a redação e gestão dos projetos.
- Criação de um comitê estruturador envolvendo as fundações de amparo à pesquisa dos estados da Amazônia Legal e pesquisadores vinculados, visando a criação de uma política única e integradora das FAP's para a fixação de recursos humanos, captação e otimização de recursos e infraestrutura de pesquisas para a região.
- Ter pesquisadores da área de comunicação integrando os projetos das redes.
- Conceber e executar planos de comunicação que privilegie todas as dimensões da comunicação, desde a concepção dos projetos.
- Criar estratégias intra/interprojetos - a partir dos planos de comunicação.
- Trabalhar em parceria: educação/comunicação.
- Criar estratégias de comunicação e divulgação da ciência para trabalhar resultados de pesquisa em linguagem acessível, garantindo o engajamento da sociedade amazônica e nacional.
- Valorizar e apoiar mídias comunitárias e iniciativas culturais como aliadas na divulgação do conhecimento científico e tradicional.

- Fomentar campanhas públicas que aproximem ciência, sociedade e políticas públicas, valorizando o papel dos amazônidas na produção de conhecimento.

3. Barreiras e Soluções

Dez barreiras foram identificadas como prioritárias: [1] a marginalização de conhecimentos tradicionais pautada em uma herança colonialista; [2] a fragmentação entre ciência e gestão pública; [3] a baixa valorização da sociobioeconomia; [4] a insegurança política; [5] os desafios de infraestrutura para pesquisa; [6] as dificuldades logísticas para acesso a áreas remotas; [7] a insuficiente formação de quadros para pesquisa dentro das comunidades; [8] a insegurança alimentar e nutricional; [9] o racismo e a injustiça ambiental; e [10] a falta de indicadores integrados e dados básicos para fomentar políticas públicas.

As seguintes soluções foram propostas: [1] coprodução de conhecimentos pautada pela horizontalidade e simetria entre conhecimento científico e conhecimento tradicional; [2] valorização da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; [3] entendimento da complexidade amazônica, assim como, das suas singularidades e identidades; [4] ações de integração e comunicação ciência–sociedade; [5] aumento da capacidade de atuação e capilaridade, especialmente em regiões com reduzida presença do Estado e/ou acesso aos recursos federais para pesquisa em sociobiodiversidade; [6] desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade sociobiodiversa; [7] valorização de saberes tradicionais; [8] fortalecimento de cadeias produtivas comunitárias e; [9] capacidade de mobilização da sociedade amazônica.

4. Nossas Necessidades e Reivindicações

Inspirados na [Carta de Porto Velho](#) e nos apontamentos do documento das NDCs da Amazônia, identificamos demandas estruturais para garantir a efetividade da participação da ciência amazônica:

1 – Investimento: massivo na formação de base do cidadão amazônico pautado em conhecimentos e experiências decoloniais, gerados principalmente por cientistas fixados e/ou formados na Amazônia, respeitando e reconhecendo os conhecimentos e o modo de vida das populações amazônidas.

2 - Editais contínuos e de longo prazo: Os programas de pesquisa na Amazônia exigem financiamento estável e previsível, evitando discontinuidades que comprometem séries históricas e ações de campo para a coleta de dados. Ainda há necessidade de caracterização básica de territórios e de monitoramento de transformações socioambientais para subsidiar a formulação de políticas adaptadas à região. Essa tarefa é dificultada especialmente pela menor densidade de pesquisadores e professores, somada à enorme área territorial e dificuldade de acesso à muitas áreas, o que amplia os custos e os desafios logísticos das pesquisas e monitoramento. É essencial a criação de mecanismos que levem em consideração a distribuição do PIB brasileiro, o tamanho do território, a importância socioambiental e a densidade populacional do território amazônico. Apoiamos a proposta de **alocação de no**

mínimo 10% do orçamento dos editais para instituições baseadas na Amazônia, conforme moção já aprovada por unanimidade em Assembleia Geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC; [link](#)).

3 - Cumprimento dos compromissos assumidos pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs): É imprescindível que as FAPs honrem sua contrapartida nos editais de financiamento do CNPq, especialmente no contexto das pesquisas realizadas pelos programas INCT, PELD, PPBio e Pró-Amazônia.

4 - Complementação de bolsas e editais: As FAPs podem e devem complementar bolsas de produtividade em pesquisa e editais transversais, assegurando melhores condições para fixação de talentos na região. Editais contínuos e transparentes possibilitam que os recursos cheguem a um número maior possível de pessoas.

5 - Valorização da ciência amazônica: As especificidades do “Custo Amazônia” devem ser incorporadas em editais, bolsas e auxílios, garantindo equidade frente a outras regiões do país. Também há que se considerar sinergias de ações entre diferentes campos para otimização de investimentos e convergência entre conhecimento científico e conhecimento tradicional.

6 - Integração com políticas públicas: é necessário fortalecer mecanismos que garantam que o conhecimento gerado seja traduzido em ações concretas, com participação social efetiva na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

7 - Representação em comitês: garantir que conselhos e representações que tratam da Amazônia sejam de fato representados por amazônidas e pelas instituições amazônicas, garantindo visibilidade e protagonismo para populações historicamente excluídas desses espaços de decisão.

8 - Garantir a fixação permanente de recursos humanos especializados: é necessário o desenvolvimento de programas específicos das agências de financiamento estaduais e federais, para garantir a formação e fixação de recursos humanos na Amazônia, com estratégias para que o investimento realizado na formação de profissionais amazônicos seja revertido no benefício da sociedade e dos biomas amazônicos.

9 - Fortalecimento das Universidades e Instituições de Pesquisa amazônicas: Investimento nas instituições universitárias e de pesquisa como estruturas do Poder Executivo. As universidades e institutos de pesquisa atuam de forma simultânea na capacitação, na pesquisa, na extensão, na inovação e na geração de dados, desenvolvendo ações junto à sociedade amazônica. Dessa forma, as universidades e institutos de pesquisa acabam suprimindo funções diversas, especialmente em regiões com presença reduzida do Estado.

10 - Visibilidade e financiamento da sociobiodiversidade: É fundamental: [i] Garantir a presença das redes em espaços públicos nacionais e internacionais, incluindo espaço nas Blue e Green Zones da COP30, para que redes, universidades e institutos de pesquisa apresentem suas contribuições sobre a Amazônia, além de apresentar a ciência para governos, empresas e sociedade civil. [ii] Destinar parte do Fundo Amazônia para financiar pesquisas de sociobiodiversidade, incluindo monitoramento, inovação tecnológica e coprodução de

conhecimentos com povos e comunidades; [iii] Estimular parcerias nacionais, internacionais e com empresas privadas, de forma transparente e ética, para apoiar estudos sobre sociobiodiversidade e o fortalecimento da infraestrutura de pesquisa, ensino e extensão na Amazônia.

11 - Criação de linhas de financiamento específicas para comunicação da ciência e engajamento social, garantindo que parte dos recursos de pesquisa seja destinada à produção e disseminação de materiais acessíveis que dialoguem com conhecimentos científicos e tradicionais.

12 - Garantir investimento na comunicação de ações, projetos e atividades das redes de pesquisa, de forma a construir uma ponte sólida e permanente entre a comunidade científica e a sociedade, para fomentar uma cultura de inovação e fortalecer a educação crítica. A estratégia deve assegurar que os benefícios da CTI cheguem de maneira equânime a todos os cidadãos, garantindo que atuem como agentes participativos no processo de desenvolvimento nacional.

13 - Criação de um programa de comunicação pública da ciência da Amazônia: com financiamento dedicado para produtos multimídia, campanhas públicas, materiais educativos e redes de comunicação comunitária promovam o diálogo da ciência amazônica para públicos diversos. O programa deve incluir também um componente de formação de recursos humanos, tanto de cientistas como de comunicadores.

14 - Garantia de recursos para a manutenção de plataformas digitais de ciência aberta e de dados integrados sobre a Amazônia, assegurando transparência, democratização do acesso ao conhecimento e visibilidade internacional.

15 - Incorporação de indicadores sociais e étnico-raciais nos sistemas de monitoramento da NDC, para avaliar não apenas resultados ambientais (como carbono ou cobertura vegetal), mas também avanços em equidade socioambiental, valorização cultural e consolidação de processos de autogestão territorial.

16 - Garantir a eficácia de permanência no território das populações amazônicas ameaçadas cada vez mais por novos agentes econômicos de diversas cadeias produtivas.

17 - Inserção do CISAM como um hub de referência para a formação de políticas públicas amazônicas alinhadas à NDC e ao Plano de Transformação Ecológica do Brasil.

18 - Inclusão da justiça climática como princípio transversal para orientar todas as ações da NDC, reconhecendo que os custos da degradação recaem de forma desigual sobre povos e comunidades tradicionais e populações periféricas urbanas.

19 - Incentivo à criação de dispositivos de apoio às iniciativas para redução dos conflitos fundiários e territoriais que impedem o desenvolvimento social na Amazônia.

20 - Criação de mecanismos de prevenção das consequências dos eventos climáticos extremos e recorrentes, instrumentalizando as comunidades e os poderes públicos locais de maneira adaptativa e resiliente.

21 - Garantia de financiamento para estratégias de comunicação intercultural, de modo a fortalecer a produção de conteúdos acessíveis em línguas indígenas, quilombolas e ribeirinhas, assegurando a pluralidade de vozes.

22 - Fortalecimento da participação e autonomia das comunidades tradicionais para o uso, gestão e interpretação de dados científicos, evitando práticas de “extrativismo de informação” e garantindo retorno efetivo dos resultados.

23 - Estabelecimento de mecanismos de participação social obrigatória e vinculante nos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas ambientais e climáticas.

24 - Fortalecimento e ampliação de medidas de monitoramento participativo da sociobiodiversidade, de forma autogestada, pelas comunidades que ali vivem.

25 - Monitoramento das dinâmicas socioeconômicas de cadeias de valor locais e de grandes empreendimentos na Amazônia, sobretudo agronegócio, mineração e infraestrutura.

26 - Instituir mecanismos de governança participativa da NDC, garantindo assento para representantes das redes científicas e das comunidades amazônicas.

4. Considerações finais

A **Carta de Belém** expressa o compromisso coletivo das redes amazônicas de ciência e sociobiodiversidade em transformar conhecimento em ação para o benefício da Amazônia, seus povos, populações e comunidades. Reafirmamos que somente com financiamento contínuo, valorização da pluralidade de saberes, integração ciência-sociedade e protagonismo dos amazônidas (sociedade e pesquisadores) o Brasil atingirá as suas metas da NDC e consolidará a Amazônia como território estratégico da agenda climática global.

Com a COP30 sendo realizada na Amazônia, investir e fomentar estudos, pesquisas e políticas públicas em sociobiodiversidade é um dos passos fundamentais para que possamos, de fato, contribuir para a sustentabilidade regional e planetária. A Amazônia sozinha pode não ser suficiente para salvar a humanidade das mudanças climáticas, mas sem a Amazônia, nenhuma ação contra essas mudanças será efetiva. Por isso, defendemos que a COP30 seja um momento de mudança de paradigma, garantindo que os investimentos e as políticas públicas cheguem à Amazônia e possibilitem às suas instituições, redes e povos desempenharem o papel central que lhes cabe na construção de soluções para a crise climática.

Redes e instituições signatárias

- AMAZONICIDADES: Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos

- Biodiversidade, Potencialidades, Preservação e Saúde Ambiental da Amazônia Oriental (PPBio AmAr)
- Centro Avançado de Apoio Educativo à Agricultura Familiar, Sustentabilidade e Cultura Alimentar na Amazônia (CEACAM/UFOPA)
- Centro Avançado de Pesquisa-Ação da Conservação e Recuperação Ecosistêmica da Amazônia (CAPACREAM)
- Centro de Agricultura, Tecnologias, Estudos Geoambientais Observacionais e Referência em Inovação da Amazônia (CATEGORIA/UFOPA)
- Centro Integrado da Sociobiodiversidade da Amazônia (CISAM)
- Ciência e Comunicação na Amazônia (CIECz)
- Conflitos Socioambientais, Suicídio e Quilombos: estratégias de promoção de saúde mental a partir das intersecções entre gênero, classe e ciclo de vida da população quilombola brasileira (COSQUI)
- Instituto Amazônico do Mercúrio (IAMER)
- Instituto de Biodiversidade e Conservação da Amazônia (IBCAM)
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
- Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica (INCT CENBAM)
- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Síntese da Biodiversidade Amazônica (INCT SinBiAm)
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
- Inteligência Artificial para Reconhecimento Ambiental da Amazônia (IARAA)
- Laboratório de Ecologia Marinha e Oceanografia Pesqueira da Amazônia (LEMOPA/UFRA)
- Nutrição e Saúde na Amazônia (NUSAMAZONIA)
- Programa de Pesquisa em Biodiversidade - Amazônia Oriental (PELD AmOr)
- Programa de Pesquisa em Biodiversidade - Amazônia Ocidental (PPBio AmOc)
- Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Amazônia Oriental - Rede Resiliência (PPBio Amazônia Oriental – Rede Resiliência)

- Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - Amazônia Oriental (PPBio AmOr)
- Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - Ecologia, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade Amazônica (PELD ECOA)
- Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - Floresta de Roraima (PELD FORR)
- Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - Impactos Antrópicos no Ecossistema de Floresta Tropical (PELD Amazônia)
- Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - Monitoramento Integrado de Árvores Gigantes da Amazônia (PELD MIAG)
- Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - Oeste do Pará (PELD POPA)
- QuipoTech
- Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE)
- Rede de monitoramento da biodiversidade das Florestas e Riachos da Amazônia Oriental (Flor AmOr)
- Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
- Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
- Universidade Federal de Roraima (UFRR)
- Universidade Federal do Acre (UFAC)
- Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
- Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
- Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
- Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
- Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
- Universidade Federal do Pará (UFPA)
- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
- Universidade Federal do Tocantins (UFT)
- Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

- University of Bristol

Realização:



Apoio e financiamentos:





Ecologia, Monitoramento
e Uso Sustentável da
Biodiversidade Amazônica



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá



Centro Integrado
da Sociobiodiversidade
da Amazônia

